



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários n.º 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

CADERNO DE ENCARGOS DE AJUSTE DIRETO

PROCESSO N.º230/DCA/2025

Parte I
Disposições gerais

Cláusula 1ª
Objeto do Contrato

- 1 – O presente caderno encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de aluguer de papeleiras inteligentes personalizadas no Município do Seixal.
- 2 – As especificações técnicas do objeto do contrato constam da parte II ao presente caderno de encargos.
- 3 – Os concorrentes devem cumprir na íntegra as características técnicas do caderno de encargos.
- 4 – O código CPV é **75200000-8**.

Cláusula 2.ª
Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município do Seixal com sede na Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45, 2844-001 SEIXAL.
NIF 506173968.

Clausula 3.ª
Local da execução

A execução do serviço deverá ser feita no Município do Seixal.

Cláusula 4.ª
Prazo de entrega ou execução

O prazo de execução é de 365 dias com início após a instalação das papeleiras.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

Cláusula 5.^a
Preço Base

1 – O preço base do procedimento é de **6.480,00€** (seis mil quatrocentos e oitenta euros), que limita o preço contratual, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, com a seguinte repartição de encargos:

Ano de 2025: 4 860,00 € (quatro mil oitocentos e sessenta euros), acrescidos do IVA

Ano de 2026: 1 620,00 € (mil seiscentos e vinte euros), acrescidos do IVA

2 – O preço base foi calculado com base nos preços unitários de procedimentos anteriores, nomeadamente: Processos: 1213/DCA/2024.

Cláusula 6.^a
Pagamento

1 – Pelo fornecimento ou prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município do Seixal deve pagar ao adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3 – O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias contados a partir da data da receção e confirmação da entrega do bem ou serviço formalizado através de auto de receção devidamente assinado pelo responsável do serviço competente e mediante a apresentação da fatura na qual deverá constar obrigatoriamente o respetivo número sequencial do compromisso constante no contrato assinado pelas partes.

4 – Sem prejuízo no n.º 1, apenas deverão ser faturados e pagos aqueles bens que venham a ser solicitados e efetivamente entregues.

Cláusula 7.^a
Dever de Sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Seixal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidos a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou de modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 8.ª

Sub contratação e cessão da posição contratual

1 – É possível a cessão da posição contratual por parte do cocontratante, mediante previa autorização do contraente público, nos termos do n.º 2, do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – Nos termos do disposto no n.º 2, do art. 318.º- A do Código dos Contratos Públicos, em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente deste procedimento que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial da ordenação em que ficarem no procedimento.

3 – A cessão da posição contratual referida no n.º 2 é efetuada por ato administrativo do contraente público.

4 – A subcontratação pelo cocontratante tem de ser devidamente autorizada pelo contraente público.

Cláusula 9.ª

Incumprimento contratual

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município do Seixal pode resolver o contrato a título sancionatório no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no fornecedor díspar do adjudicatário.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exercer-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

No caso do incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V \cdot A / X$, em que P, corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do serviço em atraso, A é o número de dias em atraso e X o prazo de execução do



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

contrato em dias, não podendo exceder em caso algum 20% do valor contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

Cláusula 11.ª
Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações como origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

4 – A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como informar do prazo possível para restabelecer a situação.

Cláusula 12.^a

Regime da atividade dos trabalhadores afetos à execução do contrato

1 – Na execução do contrato, a adjudicatária está obrigada a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos.

2 – A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea f) do artigo 456.º do mesmo diploma.

Cláusula 13.^a

Comunicações e notificações

Todas as notificações e comunicações, entre as partes do contrato, devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, através da plataforma eletrónica.

Cláusula 14.^a

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos, na fase de execução do contrato, é contínua, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 15.^a

Legislação aplicável

Em tudo o omissso nas peças de procedimento (Convite e Caderno de Encargos), observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

Resolução de litígios

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968

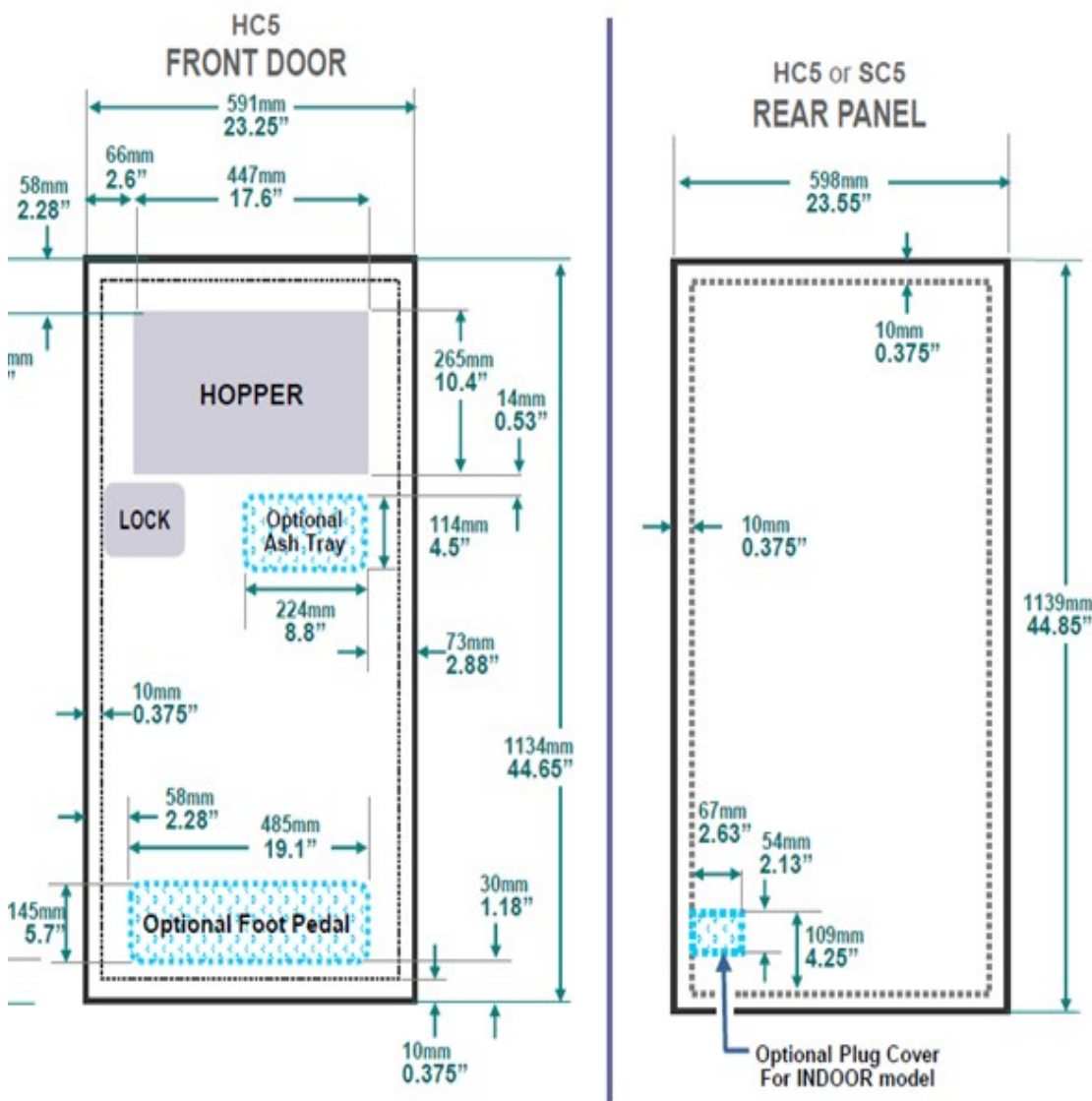
Parte II
Cláusulas Técnicas

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS PAPELEIRAS INTELIGENTES

Aluguer de papaleiras inteligentes, no seguimento do Projeto Piloto implementado em 2024:

- Personalizações incluídas
- Manutenção preventiva 2x ano
- Manutenção corretiva – Avarias
- Empréstimo de peças em caso de avaria 2x ano

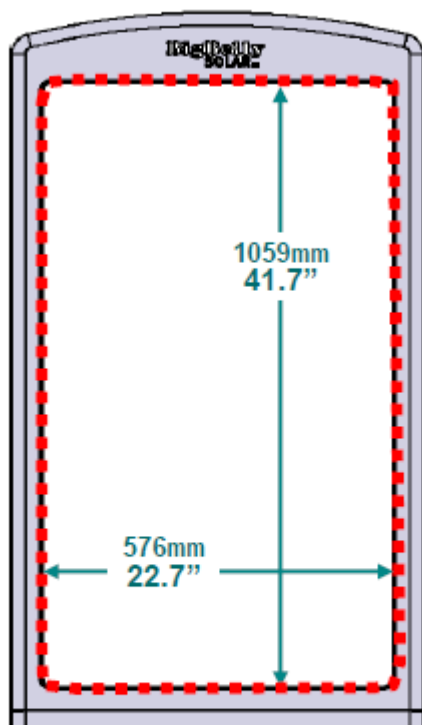
Medidas:





MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968



HC5 or SC5
Fig 5: Side-Skin

TC/AL

DCA
Divisão de Compras e Aprovisionamento
Rua Lino de Carvalho, n.º1 Cucena
2840-748 Aldeia de Paio Pires
Telef. 210 976 052 Fax 212 276 701
E-mail: contratacao.publica@cm-seixal.pt
CMSeixal_I_260_03_For03_V02



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45 Seixal 2844-001 Seixal
Tel. 351 21 227 67 00 - Fax 351 21 227 67 01
NIPC 506 173 968